



GENDER FACES - CONSERVADORISMO E LUTAS DE GÊNERO EM ESPAÇOS DIGITAIS: RETRATOS DE ATIVISMO

GENDER FACES - CONSERVATISM AND GENDER STRUGGLES IN DIGITAL SPACES: PORTRAITS OF ACTIVISM

Claudio Matheus da Silva Gomes 1

Resumo: *Indivíduos da comunidade LGBT e mulheres, sempre foram sufocados em sua resistência à igualdade, por um Brasil onde qualquer sinal de ativismo tende a ser reprimido. Com as páginas na internet de grupos como Grupo Gay da Bahia e Women's March Global surgiram e ganharam espaços estratégicos para resistir à opressão. A primeira página tem como objetivo combater a homofobia, informar sobre a homossexualidade e conscientizar sobre os direitos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais), suas publicações discutem todos esses pontos a fim de contribuir com a comunidade homossexual no Brasil. A segunda, por sua vez, defende a defesa dos direitos e segurança das mulheres e suas famílias, incentivando a igualdade e a diversidade entre elas, e se mostra como uma das mais relevantes quando se trata dos direitos das mulheres. O objetivo deste trabalho é estudar as experiências citadas acima, com base nos escritos de Langner, Ihering e Saffioti.*

Palavras-chave: *Minorias. Gênero. Internet.*

Abstract *Individuals from the LGBT community and women, have always been stifled in their resistance to equality, by a Brazil where any sign of activism tends to be repressed. With the internet pages of groups such as Grupo Gay da Bahia, and Women's March Global emerged and gained strategic spaces to resist oppression. The first page aims to fight homophobia, inform about homosexuality and raise awareness about LGBT rights (Lesbians, Gays, Bisexuals and Transsexuals), their publications discuss all these points in order to contribute to the homosexual community in Brazil. The second, on the other hand, stands for the defense of the rights and security of women and their families, encouraging equality and diversity among them, and shows itself as one of the most relevant when it comes to women's rights. The objective of this work is to study the experiences mentioned above, based on the writings of Langner, Ihering and Saffioti.*

Keywords : *Minorities. Gender. Internet.*

1 Graduado em Direito pela Unifavip Wyden. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9988850480966745>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8186-1010>. E-mail: claudiomgomes1807@gmail.com



Introdução

O Brasil tem um histórico de machismo e homofobia extenso, desde a colonização mulheres têm sido colocadas em posições submissas ao homem, e de menor importância frente à sociedade, tendo que ficar caladas e aceitar de bom grado tudo que lhes era imposto. Nos períodos Colonial e Imperial do Brasil soava como deboche falar em uma mulher governante, cientista ou capitã, pois se entendia que estas nasciam para única e exclusivamente servir a família, ser a figura materna, sua obrigação não podia passar disso, vez que mais do que tal função seria de impossível realização para o sexo feminino (SILVA, M. B., 1987).

Dentre os escravos, em alguns momentos, um homem negro tinha mais valor mercantil do que uma mulher negra, provando que no que cerne a época colonial não importava o poder econômico, o gênero feminino era sempre subestimado e censurado. Este era tratado como objeto da população masculina, ou seja, se não fosse útil para dar filhos ou prazer sexual não servia para nada e poderia ser descartado a qualquer momento (SILVA, M. B., 1987). A esfera de objetificação e pormenorização criada em volta das mulheres, as suprimia de falar e lutar pelo que era justo para si, havendo pouquíssimas que o faziam.

Além disso, a propagação do que era aceito no âmbito social da época era dominada por homens que disseminavam comentários contrários ao empoderamento feminino, assim como os meios políticos, onde nunca foi permitida a participação das mulheres, calando-as assim por uma segunda vertente expressiva (SILVA, M. B., 1987). Com esse desconhecimento deduz-se que estes estavam numa situação de expressionismo tão reprimida quanto a das mulheres, pois além de não falar tinham que negar quem eram não havendo qualquer possibilidade de luta. No período do Brasil República tanto a população LGBT quanto o gênero feminino começaram a passos longos e tortuosos ganhar espaço na mídia, e os primeiros sinais de ativismo destes dois grupos surgiram (FACCHINI, 2012).

Com a conquista com do voto feminino em 1932 (CASTELO, 2014) e o estouro das Drag Queens em 1950 (MAHAWASALA, 2016), as mulheres que durante séculos se calaram e os homoafetivos que mascaravam sua sexualidade despontaram gradualmente no que cerne a militância através de meios de comunicação.

A imprensa que contava com o jornal impresso e agora o rádio e televisão ainda continuava machista e com aversão a homossexuais, porém já era possível notar uma brecha a informação destes grupos que nos períodos passados não existia (FACCHINI, 2012). Caminhadas por direitos femininos e manifestações homoafetivas aos poucos eram retratadas nos canais de TV, assim como conflitos entre estes grupos e outros eram falados no rádio, e ainda no jornal timidamente uma mulher ou outra podia fazer um texto de cunho militante feminino (CORRÊA SILVA *et al*, 2005). Num ritmo lento estes agrupamentos minoritários foram ganhando seu espaço nos meios de comunicação, e sua luta começava a tomar força, fazendo sua resistência ser notada pela comunidade brasileira.

Em 1997 ocorreu um fator decisivo para a disseminação do ativismo destes grupos, a explosão da internet no Brasil, iniciava-se uma nova era onde todos estavam conectados, e constantemente compartilhando informação, caracterizando um novo impulso informático que permeava a sociedade, fazendo possível a discussão de ideias, a transferência de conhecimento de modo onipresente, ligando pessoas e mais pessoas numa cadeia informacional (NAZARÉ, 2013). Novos meios de se comunicar dentro do espaço virtual foram nascendo dentre estes cabe destacar os blogs, sites e as famosas redes sociais como o extinto Orkut, o Facebook, e o Twitter, trazendo-nos ao Brasil contemporâneo. Todas estas ligações comunicacionais que permeavam o Brasil deram as mulheres e a população LGBT uma capacidade de reação sem precedentes, onde espalhar suas ideias tornou-se mais fácil e mais convincente, visto que a grande maioria da população encontrava-se conectada (NAZARÉ, 2013).

Desta forma páginas virtuais que tratavam exclusivamente de assuntos de cunho feminino e homoafetivo começaram a tomar forma, perdendo a limitação que um dia a sociedade impôs afinal tudo se tornou mais aberto, assim não sendo mais incomum ver uma comunidade virtual de lésbicas ou bissexuais, por exemplo, discutindo sobre pontos comuns a seu nicho social ou ver mulheres se mobilizando para ir contra aquilo que as constrangia ou pormenorizava.

Com a internet emergiu a resistência por direitos que chamamos de ativismo, pelo qual

muitos conflitos foram vencidos, porém o conservadorismo sempre se fez presente durante toda essa trajetória, seja por aqueles do início da formação do país, os extremistas do Brasil República ou os conservadoristas modernos de hoje, a negação a aceitar novos grupos na população nunca deixou de existir, seja esta em maior ou menor quantidade, e no meio digital não foi diferente. Com a ascensão e fortalecimento destes dois agrupamentos sociais, houve uma grande quantidade de pessoas que não estavam contentes com o fato deles estar ganhando espaço na mídia e no país, passando isso para seus descendentes pelo tempo (NAZARÉ, 2013).

Logo faz-se necessário trazer tal temática para uma apreciação tanto jurídica como social, visto que como acima tratado, os aspectos da propagação do gênero feminino e da população LGBT vem propagando-se nos meios comunicacionais de tal forma, que na contemporaneidade, represenam grande parte do público presentes no meio virtual. Portanto, a internet, como qualquer outra invenção humana, necessita de regulação pelo Estado, pois este é o responsável supremo por preservar a liberdade de expressão advinda do estado democrático de direito.

Nesta linha, Piovesan (2013, ps. 85/86) afirma que tal regime de democracia tem a Constituinte de 1988 como seu coração, discorrendo que a carta desde o seu preâmbulo objetiva construir um estado democrático de direito ao prever que este é “destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos (...)”.

A autora continua, ao elencar os dois principais fundamentos para a concretização do referido estado, como pode-se observar no trecho abaixo:

Dentre os fundamentos que alicerçam o Estado Democrático de Direito brasileiro, destacam-se a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, II e III). Vê-se aqui o encontro do princípio do Estado Democrático de Direito e dos direitos fundamentais, fazendo-se claro que os direitos fundamentais são um elemento básico para a realização do princípio democrático, tendo em vista que exercem uma função democratizadora. Como afirma Jorge Miranda: “A Constituição confere uma unidade de sentido, de valor e de concordância prática ao sistema dos direitos fundamentais. E ela repousa na dignidade da pessoa humana, ou seja, na concepção que faz a pessoa fundamento e fim da sociedade e do Estado” (grifos nossos).

Já na gama da sociedade, é necessário tratar do proposto, visto que a população ainda se encontra muito desinformada e introvertida em relação aos direitos destes grupos vulneráveis, além de existir grande preconceito e resistência em desfavor dos mesmos, sendo estas apenas possíveis de ser superadas com discussão e desenvolvimento conjunto de todos. Objetiva-se com este trabalho estudar experiências de ativismo de gênero no meio virtual, no que diz respeito a militância e liberdade de expressão cultural e política, ainda arguindo sobre as causas e consequências do ativismo LGBT e feminino na internet, e suas reflexões no mundo real.

Para a consecução deste trabalho será utilizada no que se trata dos objetivos utilizar-se-á de pesquisa exploratória e descritiva para a produção do trabalho sendo esta caracterizada por proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, envolvendo por exemplo levantamento bibliográfico e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Esta também exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar, pretendendo descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (SILVEIRA e GERHARDT, 2009).

No que diz respeito aos procedimentos, será utilizada a pesquisa documental, na qual serão usadas pesquisas estatísticas, como número de pessoas de pessoas LGBT e do gênero feminino que sofrem ataques na internet, a taxa crescimento de páginas e grupos virtuais dos mesmos na internet, entre outras. O pesquisador de campo, além das observações efetuadas, deve lidar com tradições orais. Estas tendem, ao longo das gerações, a adquirir elementos fantasiosos, transformando-se geralmente em lendas e mitos, logo os documentos seriam a forma de retificar e reposicionar essas tradições. É necessário para cada tipo de fonte fornecedora de dados, o investigador conhecer

meios e técnicas para testar tanto a validade quanto a fidedignidade das informações (LAKATOS, 2003).

Outro tipo de pesquisa neste mesmo viés que também será utilizada é a bibliográfica, nesta por sua vez, através de doutrinadores específicos no que diz respeito ao assunto serão trazidas visões e conceitos dos três fatores principais do presente trabalho, luta, internet e evolução social, assim buscando mesclar definições e corroborar teorias, de modo a possibilitar produção teórica multifacetada e progressiva, que a se desenrolar permita o pleno entendimento do que se pretende defender.

Tal tipo de pesquisa oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente e tem por objetivo permitir ao pesquisador o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações (LAKATOS, 2003). Além disso, entende-se que qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, vez que este permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (SILVEIRA e GERHARDT, 2009).

As pesquisas discutidas acima serão catalisadas por meio de uma abordagem qualitativa, que tem como intuito o levantamento de dados sobre as motivações dos grupos supracitados, tentando assim compreender e interpretar seu comportamento, suas opiniões e expectativas frente a expansão virtual ocorrida, assim focando no caráter subjetivo dos grupos estudados, e as experiências de cada um, trazendo suas semelhanças e diferenças.

Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas, sendo o desenvolvimento destas imprevisível e o conhecimento do pesquisador parcial e limitado. O objetivo da abordagem em questão é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas, não importando seu tamanho, mas sua capacidade de produzir novas informações (SILVEIRA e GERHARDT, 2009).

Ativismo e Militância: Relação Unus Alterum Faciem

Ao passo que o advento da internet proporcionou pontos estratégicos para a afirmação e defesa dos direitos femininos e LGBTs, houve uma explosão virtual no que diz respeito a militância feminina e homoafetiva, pessoas destes grupos construíram de certa forma uma base de defesa dos seus direitos sejam estes já positivados ou ainda em fase de desenvolvimento (LANGNER, ZULIANI e MENDONÇA, 2015), e até direitos que nem chegaram no devido processo legislativo, mas que através desses sites, páginas, blogs, entre outros meios de propagação de ideologias da internet ganham força e abrangência para o mesmo seja possível, assim tais grupos minoritários aderiram a sua luta social uma rede de conexão sem precedentes, que possibilitou o reconhecimento e a luta por este.

As ações supracitadas ocorrem a partir de um comportamento social em especial, o ativismo, expressão utilizada constantemente hoje, mas pouco definida nas discussões que utilizam de seus efeitos. Quando há um déficit jurídico dentro da sociedade em relação, o grupo atingido por este tende, devido a situações de rejeição e sofrimento, buscar através de atos políticos, jurídicos, cívicos, ultrapassando a teoria, ir em busca de meios para suprir tal lacuna, transformando assim a realidade em que se encontra, ou seja, surge um ideia de necessidade que leva o grupo a lutar para mudar seu próprio estado perante a sociedade (FRASER, 2001, apud AVRITZER, 2007), tal ideia pauta-se diretamente nas dimensões do ser, vez que o meio que influenciará o movimento, ao construir o indivíduo e submete-lo ao lugar em que se encontra.

Segundo Honneth(2001, apud AVRITZER, 2007), o ser humano se encontra numa luta constante por reconhecimento, vez que este que o caracterizará como membro efetivo da sociedade, pois se o próximo não reconhece o outro nas suas características e no seu interior, não existe a mais remota possibilidade de este ser considerado semelhante, e de se estabelecer um meio de harmonia. Desta forma, entende-se que a partir do exterior afirma-se o interior, como exemplo, não como saber se alguém é radicalista, se a sociedade na sua maioria busca-se a ser pacifista, e vice-versa, em outras palavras o ser não produz nada só, é necessário estar em conjunto para que haja o —existir humano.

A militância, por sua vez, caracteriza-se por ações como a finalidade de defender uma

determinada causa, ou seja, militar em função de uma ideologia, usando das mais diversas ações, sejam elas virtuais ou físicas, de grande ou pequeno patamar. Desta forma, chega-se a relação profunda entre esta e o ativismo, quando percebe-se que o último, traduz uma ação para modificar uma situação através de atos práticos e o outro consiste respectivamente nestas ações que serão necessárias, também saindo apenas da especulação teórica, isto é, a militância é o instrumento do ativismo, pois não é possível realizar proposições ativistas sem militar, sem por um instante parar de permear o teórico e passar para realizar o que neste se discute.

Tal relação marca-se pela expressão *unus alterum faciem*, o seja, um é a face do outro, indissolúveis, desde que surgem, sendo eles as causas de toda mudança relacionada a direitos sócias dentro de uma comunidade, visto que esta apenas progride (DURKHEIM, 1889 apud QUINTANEIRO, DE OLIVEIRA e DE OLIVEIRA, 2003), com o conflito social, evoluindo toda vez que há um embate, seja tal evolução teórica, no sentido de não repeti-lo ou prática, significando a última que deve haver uma reiteração do ato quando necessário.

Assim, deduz-se que os elementos acima discutidos, são os principais causadores das lutas de gênero, pois são as categorias contidas nessas lutas que necessitam mudar sua situação perante a comunidade que a rodeia, e mesmo que inconscientemente, acabam sendo influenciados por tais condutas sociais, de modo que a necessidade de ascender dentro de um sistema, no qual ainda não se é totalmente aceito, se torna maior até mesmo do que a própria condição pessoal em que se encontra, isto é, a que nível econômico o indivíduo está ou em que lugar se encontra, revelando que muitas vezes o liame social que liga a população LGBT ou o gênero feminino vai além de parâmetros físicos.

Tal ligação encontra-se num nível de auto-reconhecimento e reciprocidade, a qual se amplifica com o meio cibernético, que cada vez mais tem proporcionado plataformas de expressão ideológica e defesa de pensamentos, permitindo também uma conexão a nível erga omnes, juntando mais e mais indivíduos a suas respectivas causas e entrando para o que pode-se chamar de próxima geração da luta social.

Páginas em Destaque

Das várias organizações e movimentos virtuais defensores das Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais e das mulheres, duas em especial chamam atenção pela sua abrangência e importância na militância de seus respectivos grupos, assim como na divulgação de dados importantes a suas comunidades, e o incentivo a busca por direitos e luta para superação de momentos de extrema conturbação.

Grupo Gay da Bahia

A página do grupo Gay da Bahia tem como objetivos defender os direitos à cidadania de gays, lésbicas, travestis e transexuais denunciando e combatendo todas as manifestações de homofobia e discriminação sexual, divulgar informações sobre a homossexualidade e promover o estabelecimento de cursos de educação sexual em todas as escolas com a finalidade de acabar com a ignorância através de um discurso cientificamente e politicamente correto, além de conscientizar a população LGBT sobre a necessidade de lutar por seus direitos civis, bem como dar acesso a informações e apoio sobre sexo seguro, doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. Suas publicações visam discutir todos estes pontos a fim de contribuir para a comunidade homoafetiva no Brasil.

Desta forma é possível ver a atuação do grupo em questão em várias gamas sociais LGBT, como por exemplo nas pesquisas relacionadas ao grande número de mortes na população homossexual, campo em que tem se mostrado muito presente, ao fornecer dados precisos e constantemente atualizados, como nenhum outro meio virtual faz, revelando informações como o número de mortos e as causas relacionadas a cada quantitativo, fazendo perceber por exemplo que é muito mais comum suicídios motivados pelo fato de ser homossexual, do que por ódio proveniente da família ou de amigos, confirmando assim a crise de aceitação que há em relação a ser homoafetivo,

e o medo constante que aqueles que se percebem como tal sentem, medo esse vindo do âmbito extremamente conservador que existe hoje.

Também é comum nas postagens da página a ser discutida, incentivos a aniquilação do vírus do HIV, vez que é uma das doenças que mais atinge a população homossexual, vez que a maioria de seus membros não tem uma instrução correta e específica para estes de como proceder no ato sexual, causando assim uma grande propagação da doença entre os mesmos, fruto de um tabu imposto por grande massa social, ao alegar que sexo homoafetivo vai contra os valores da família, e pormenoriza os bons costumes pautados no núcleo familiar heterossexual, esquecendo que a vida vale mais que um simples ato reiterado arcaico.

Por fim verifica-se um esforço imenso do grupo Gay da Bahia de fazer com que os membros do grupo social aqui abordado, conheçam o que podem fazer para se defender de modo correto e eficiente, estimulando a busca pela implementação de direitos civis para estes, e mobilizando conseqüente massas para o embate político e cívico (IHERING, 1909).

Desta maneira, através dos meios virtuais que possui, o grupo discutido busca melhorar a situação social de todos que são parte da comunidade LGBT, porém isso não significa que a mesma o faz sem ter que enfrentar desafios.

A página diariamente sofre preconceito e discriminação, como xingamentos, e até mesmo mobilizações extremistas-conservadoras pactuando para enfraquece-la ou dizima-la, além dos constantes ataques proferidos por alguns membros cristãos protestantes de relevância social, mas por meio de divulgação de dados, e militância continua a propagar suas ideias, servindo como mais um pilar de apoio a lésbicas, homossexuais e transexuais.

Dentre suas muitas atribuições o Grupo Gay da Bahia se destaca por ser um pioneiro na exposição online de números relacionados a violência contra a população formada por Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais, revelando uma realidade deplorável e chamando atenção para informações chocantes, a exemplo dos dados abaixo, advindos do relatório anual realizado pela organização e divulgado seu site:

Tabela 1. Perfil das vítimas LGBT's mortas no Brasil em 2019

Porcentagem	Perfil
1,52%	Bissexuais
9,73%	Lésbicas
27,05%	Travestis
8,81%	Transexuais
52,89%	Homossexuais

Fonte: Relatório Anual de Mortes LGBT+2019.

Women's March

A segunda página denominada Women's March Global se posiciona pela defesa dos direitos e da segurança das mulheres e suas famílias, incentivando a igualdade e diversidade entre estas, esta defende um movimento que recentemente vem ganhando o mundo se mostrando como uma das mais relevantes quando se diz respeito aos direitos femininos. Pautada sob uma manifestação física e por meio de postagens, vídeos e notícias internacionais, esta busca reafirmar os direitos femininos, trazendo por arrastamento outras minorias como homossexuais e negros.

Assim a página por meio de campanhas e encontros marcados virtualmente pugna pela segurança das mulheres, vez que nos dias de hoje com a objetificação das mulheres e uma segregação sexista tornou-se corriqueiro ver o espancamento ou a morte de mulheres quando

não se assentam no papel que a massa machista a colocou, não sendo possível por exemplo uma mulher andar sozinha tarde da noite sem que seja no mínimo ameaçada de estupro ou de qualquer outro tipo de violência física, ou até mesmo seja humilhada por termos de baixo calão. O medo instalou-se no sexo feminino de forma que ir a um estacionamento ou acampar desacompanhada gera espanto e desconfiança, de forma que tais aspectos não são inerentes a idade ou orientação sexual, mas sim ao fato de ser do sexo feminino.

Outro ponto abordado pela Women's March seja pelo site, ou outros meios virtuais é a diversidade feminina, pois atualmente como fruto de uma idolatria ao tipo perfeito de mulher, que seria a caucasiana, magra e não muito alta, mulheres tem se submetido a procedimentos estéticos drásticos e muitas vezes danosos a saúde, incentivados principalmente pela divulgação de propagandas na internet que remetem a um único tipo de beleza, situação essa que encontra seu ápice na adolescência, levando muitas vezes a separação de garotas de grupos sociais por não estarem nos padrões sociais empurrados pela comunidade (SAFFIOTI, 1987).

Desta forma o grupo acima citado, por meio de vídeos e movimentos publicitários virtuais incentiva a pluralidade de corpos, etnias e estilos, de modo a criar uma sociedade mais humana e menos artificial. Ainda cabe ressaltar que é comum ver links que noticiam acontecimentos marcantes nas marchas como o levantamento simultâneo de bandeiras de apoio a causa além do suporte de personalidades importantes ao movimento, sejam estas de cunho político, como Hillary Clinton ou artístico como Madona, ambos tipos de acontecimentos repercutem fortemente na internet dando a Women's March mais força a cada dia.

Expansão Social e Conservadorismo: Relação Qui Facit Ut Alius

As lutas de gênero no âmbito virtual produzem diversas consequências sobre a sociedade, algumas destas evidentes, e outras que necessitam de um olhar mais sistêmico e neutro para se perceber de forma clara e concisa, porém, todas advém do caráter histórico abordado anteriormente aqui, e se equiparam em sua malignidade e benignidade. Como primeiro ponto, a expansão social se mostra como uma consequência direta do Ativismo e da Militância já discutidos, pois ao mesmo ritmo que estes acontecem, tal expansão se propaga, e novos meios e campos são atingidos pela comunidade Lésbica, Homossexual, Bissexual, e Transexual e pelas mulheres, tanto no meio real como na internet.

Nos dias de hoje é muito comum ver páginas não só de cunho ativista e político como as detalhadas acima, mas de humor, de saúde, de beleza, dentre outros segmentos fundadas por indivíduos da comunidade LGBT e pelas mulheres, caracterizando um aumento drástico se comparado aos primeiros anos após o estabelecimento da internet, ou seja, o espaço atingido por este grupo social é alvo de um expansionismo constante, que com a característica imparável do compartilhamento informacional do meio cibernético.

Além dos meios de lazer, empresas criadas por mulheres e lésbicas, gays, bissexuais e transexuais tem crescido muito no que diz respeito a divulgação virtual, ou seja, o tabu sobre a dominação masculina e heterossexual em canais importantes no geral está sendo quebrado pouco a pouco e a inserção destas minorias está se tornando comum (SAFFIOTI, 1987). A expansão social física propriamente dita, recebe direta influencia da virtual, pois num mundo como o deste século, internet e realidade andam de mãos dadas, de forma que os embates cibernéticos trazem reflete quase que instantaneamente no mundo palpável (LANGNER, ZULIANI e MENDONÇA, 2015).

Logo, os grupos sociais em questão usam deste meio para luta cívica, discutindo pautas, marcando manifestações, desenvolvendo problemáticas e até mesmo construindo novos meios de interação entre si, estas ações influenciando diretamente em atos no mundo real, vez que é possível reunir milhões em determinados lugares, apenas criando eventos em sites, ou impulsionar projetos de leis compartilhando links e escrevendo depoimentos, esses últimos cumprindo um papel importantes ao ser um dos mais importantes no momento de trazer pessoas para a causa.

Outrossim, com o aumento da propagação de ideias de luta LGBT e feminina, aqueles que participam destes grupos tendem a se sentir livres para expressar suas ideias no mundo real, seja por meio de vestimenta, de conversas com amigos ou família, ou até mesmo dentre as discussões da vida acadêmica e da profissional, bem como tal aumento também proporciona um número

maior de ligações *in vita reali*, por que alguém que não tinha conhecimento de uma organização ou grupo que o engloba por perto, acaba por ter e seguir de longe ou filiar-se este, e até entrar em contato com outras pessoas em sua localidade que apesar de não ser de uma organização, divide com este o fato de serem do mesmo grupo social, nascendo assim uma infinita possibilidade de redes.

Um mal cresce paralelo a expansão social físico-virtual, o conservadorismo, caracterizado por condutas que não admitem qualquer tipo de mudança que leve a sair de determinados padrões já estabelecidos, formando assim um campo de estagnação. Quando a maioria da sociedade motivada por costumes econômicos e sociais estabelecidos pela elite, rejeita todo desvio desses costumes, pode-se dizer que a mesma está impregnada pelo conservadorismo. Fala-se da elite pois segundo Marx(1867 apud QUINTANEIRO, DE OLIVEIRA e DE OLIVEIRA, 2003) a economia e conseqüentemente a padronização social, a parte que nos interessa, eram controlados pela burguesia, e olhando para o passado em todos os períodos a parte mais rica da sociedade ditava o que era certo ou não. Assim, mesmo após várias mudanças de organização econômica, estigmas e esteriótipos insistem em permanecer nas entranhas da comunidade como uma patologia social.

As mulheres que no modelo conservador nascem para apenas cuidar do lar, e dos filhos, bem como ser submissa ao homem aceitando todas suas decisões de bom grado, são reprimidas quando usam as redes sociais para buscar o contrário, sendo vítimas constantes de xingamentos e repressões violentas que atentam contra a dignidade humana, e acabam por evidenciar quão diferente a população cria homens e mulheres(SAFFIOTI,1987), censurando as últimas por buscar ter os mesmo direitos que o gênero masculino tem, revelando deste modo o machismo e o sexismo presente no meio cibernético, mesmo com o constante amadurecimento de ideias.

No que diz respeito aos homoafetivos, lésbicas, bissexuais e transexuais, estes por incrível que pareça ainda são tratados como se possuíssem distúrbios mentais por ter sexualidade diferenciada da heterossexual ignorando o reconhecimento da dignidade coletiva na qual não importa o ser humano ou sua condição, sua dignidade será pautada em seus atos em relação a sociedade não sua condição física ou cultural (MAURER, STARCK, SARLET, SEELMAN, et al 2013), porem a tradicional relação homem-mulher fixa-se como uma rocha no pensamento involátil da comunidade como um todo, e desvios deste são condenados, de maneira que quando há militância em pro deste na internet, surge um repudio brutal, justificado pelos defensores dos moldes conservadores como atos para defesa do núcleo familiar padrão formado por um homem, uma mulher e filhos.

Dimensões da dignidade nas lutas de gênero: Relação Assertio

A dignidade divide-se em inúmeras dimensões, aqui tratar-se-á das duas principais, que são a ontológica e a comunicativa e relacional (MAURER, STARCK, SARLET, SEELMAN, et al 2013), que se ligam num nível maior que as outras aos esforços da comunidade LGBT e do gênero feminino na mídia cibernética. A dimensão ontológica diz respeito a dignidade como qualidade intrínseca do ser, vez que já se nasce com ela, e a mesma é inalienável, e irrenunciável, de modo que todos a tem por igual, esta não estando condicionada a estado constituído pela sociedade, como a sexualidade ou estado biológico, como o gênero, mas pautada no reconhecimento do indivíduo como pessoa, mesmo que não se porte como a maioria dos seus semelhantes, sendo a busca por tal reconhecimento o objetivo maior das lutas de gênero aqui discutidas e a internet sua maior arma para que haja a concretização do perseguido.

A dimensão comunicativa e relacional, trata da intersubjetividade na qual se encontra a dignidade, pois para possuí-la no seu mais pleno alcance a dimensão ontológica não basta, é necessário que haja o reconhecimento por todos para que haja a efetivação da dignidade, vez que o ser humano não se encontra sozinho, este está em constante relação com os outros, não podendo separar-se destes.

A pluralidade aqui trazida relaciona-se com o cenário de intolerância que se concretiza nos dias atuais, pois para tratar do valor próprio de cada um na sociedade é necessário que haja uma interação entre as pessoas, esta resulta em relações interpessoais que tem como característica fundamental a recíproca, ou seja, as trocas de consideração e respeito que tornam o indivíduo racional (MAURER, STARCK, SARLET, SEELMAN, et al 2013)., e quando essas não existem ou são

reduzidas como se vê na relação LGBT e mulheres com o resto da sociedade, não há um vínculo de dignidade efetivo.

Assim percebe-se que ambas as dimensões devem se complementar, não é possível apenas reconhecer a dignidade em si de maneira ontológica, já embutida na personalidade sócio-jurídica, é necessário haver o reconhecimento desta pelo outro, estabelecendo-a por meio da comunicação, buscando relacionar-se num ciclo de ações sinalagmáticas, abandonando estereótipos e pré-compreensões arcaicas, alcançando assim o verdadeiro ápice da dignidade.

Considerações Finais

O ativismo e a militância proporcionadores das mudanças vistas neste artigo, devem continuar emergindo ao passo que a evolução cibernética continua, de forma a manter tal meio como forte aliado para sua propagação, vez que agora que iniciado e extremamente agarrado a sociedade tem a chance de através das lutas de gênero fazer como quem milita utilizando deste ascenda e conquiste igualdade e dignidade, está última tanto no campo individual como coletivo, incentivando a busca incansável pelo “eu” e pelo “nós” dentro de um contexto permeado da ideia de que nascemos já com dignidade, esta deve ser respeitada e protegida, pois como seres humanos compartilha-se de uma máxima universal de que todos são dignos não importando sua origem ou transformações (MAURER, STARCK, SARLET, SEELMAN, et al 2013).

As páginas virtuais em destaque analisadas, Grupo Gay da Bahia e Women’s March, assim como outras, representam grandes suportes para a luta contra a ignorância e o conservadorismo, pois desbravam caminhos que são alvo de críticas duras por maioria da comunidade global, sendo de grande importância para a evolução da sociedade e a defesa dos direitos humanos, vez que tratam não só de assuntos políticos mas de temas como doenças sexualmente transmissíveis e diversidade cultural, proporcionando um ponto de partida para discussões mais profundas, além de servir como apoio sócio-pessoal para seus respectivos grupos.

Essas organizações por meio da internet confirmam que certamente o meio virtual trouxe em si uma espada acompanhada de um escudo para estruturar o gênero feminino e a população LGBT, que com evolução informática para qual o mundo caminha com certeza serão um fator de enorme relevância para aceitação e ascensão sociocultural de tais grupos sociais (IHERING, 1909).

Ao entrar em embate com a expansão social, o conservadorismo tende a aumentar, pois são forças opostas que brigam, sendo o resultado da disputa incerto, para isso entende-se que compreender as experiências da população LGBTQI+(Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexuais, Queers e +) e das mulheres no meio virtual é de grande importância, vez que ao fazê-lo absorvendo todos os traços de sua funcionalidade e constância, cria-se uma base teórica com tais comportamentos e a partir desta, nascem premissas para a criação de dispositivos que servirão como suporte para a propagação dessas experiências (ROXIN, 1993), bem como regular possíveis situações hostis que apareçam durante essas experiências, assegurando o direito de expressão e de luta cívica.

Há então de certa forma uma mutação jurídica no que se trata do sujeito, pois o direito que antes tratava apenas de relações *in vita reali* tem que mudar sua forma de produzir normas e aplicá-las, agora pensando de uma perspectiva temporal e espacial não palpável, além do fato de que compreender identidades nesse novo meio tornasse mais trabalhoso, vez que tudo pode ser mudado a cada segundo, resultando assim num campo de atuação escorregadio, no qual dever se ter cautela. Porém, também pode se mostrar como uma ótima oportunidade para que aconteça uma renovação do sistema jurídico de forma a abranger as tecnologias e costumes de agora, abrindo precedentes para novos direitos.

Desta forma o direito deve cumprir com seu propósito maior o de garantir a harmonia social e produzir uma legislação *erga omnes*, que atinja a população de forma garantista e igual seguindo os parâmetros da equidade e da proporcionalidade, visto que há uma lacuna significativa em relação aos direitos na internet, principalmente no que se trata dos grupos discutidos neste trabalho devendo os poderes legislativo, judiciário e executivo trabalharem em conjunto para seu preenchimento.

Referências

AVRITZER, Leonardo. **Do reconhecimento do self a uma política institucional de reconhecimento:** Uma abordagem da polêmica entre Axel Honneth e Nancy Fraser. Minas Gerais: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, 2007.

CASTELO, Judith Leão. **80 anos do voto feminino.** Espírito Santo: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, 2014.

FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. **Bagoas** - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 3, n. 04, 27 nov. 2012.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa.** Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GRUPO GAY DA BAHIA. Mortes violentas de Lgbt+ no Brasil – 2019. **Relatório.** 1. ed. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

MAHAWASALA, Samantha. **A História das Drag Queens – Parte 1.** São Paulo: Fashion Bubbles, 2016. IHERING, Rudolf. **A luta pelo direito.** Recife: Faculdade de Direito do Recife, 1909.

LANGNER, Ariane; ZULIANI, Cibeli; MENDONÇA, Fernanda. **O movimento feminista e o ativismo digital:** conquistas e expansão decorrentes do uso das plataformas online. Santa Maria: UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2003.

MAURER, Béatrice; STARCK, Christian; SARLET, Ingo Wolfgang; SEELMAN, Kurt; NAEPTER, Michael; HABERLE, Peter; NIRSTE, Stephan; NEUMANN, Ulfried. **Dimensões da Dignidade:** Ensaio de Filosofia do Direito e Direito Constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2ª edição, 2013.

NAZARÉ, Marcela Peregrino Bastos de. **Ação “pela” e “na” internet:** impactos dos usos das novas tecnologias de comunicação e informação nas ações políticas do movimento LGBT brasileiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, 2013.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** 14. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

QUINTANEIRO, Tania ; DE OLIVEIRA, Maria Ligia; DE OLIVEIRA; Barbosa Márcia Gardênia Monteiro. **Um toque de Clássicos:** Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2ª edição, 2003.

ROXIN, Claus. **Tem futuro o direito penal?** São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 1993.

SAFFIOTI, Heleith L. B. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SILVA, Glauce Cerqueira Corrêa da. *et al.* A mulher e sua posição na sociedade: da antiguidade aos dias atuais. Rev. SBPH, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 65-76, dez. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582005000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 de fev. 2020.

SILVA, Maria Beatriz. A história da mulher no Brasil: tendências e perspectivas. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 27, p. 75-91, 31 dez. 1987.

Recebido em 20 de janeiro de 2020.

Aceito em 12 de abril de 2022.